



## 30 DE JANEIRO DE 2019 Quarta-feira

- ARTIGO: A DESONERAÇÃO DE QUE AS EMPRESAS PRECISAM
- EVENTO DEBATE RELAÇÕES DE BRASIL E REINO UNIDO
- EMPRÉSTIMOS DO BNDES CAEM PELO 5º ANO SEGUIDO
- CONCESSÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO ATINGEM O MAIOR PATAMAR DESDE 2015
- COPEL VAI REDUZIR CUSTOS E ECONOMIZAR R\$ 10 MILHÕES POR ANO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER ENCAMINHADA AO CONGRESSO ATÉ TERCEIRA SEMANA DE FEVEREIRO, DIZ SECRETÁRIO
- ROMBO DA PREVIDÊNCIA SOBE 3,2% E ALCANÇA R\$ 195,2 BILHÕES EM 2018
- BOLSONARO PRETENDE ACABAR COM BRAÇO DE PARTICIPAÇÕES DO BNDES
- FAMÍLIAS COMEÇAM A REEQUILIBRAR ORÇAMENTO E CONSUMO DÁ SINAIS DE FÔLEGO
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS SOBE 3,6 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, REVELA FGV
- IPP CAI 1,46% EM DEZEMBRO ANTE QUEDA DE 1,62% EM NOVEMBRO, REVELA IBGE
- INDICADOR DE INCERTEZA (IIE-Br) CAI 1,5 PONTOS EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, DIZ FGV
- IGP-M SOBE 0,01% EM JANEIRO ANTE -1,08% EM DEZEMBRO (+6,74% EM 12 MESES)
- SANTANDER: HOVE 'INCONSISTÊNCIA' NAS TAXAS DO CHEQUE ESPECIAL INFORMADAS AO BC
- FEBRABAN: JURO DO CHEQUE ESPECIAL CAIU COM 'MODESTA REDUÇÃO' DA INADIMPLÊNCIA

- RECEITA CRESCE EM RITMO MAIOR QUE A DESPESA E MELHORA RESULTADO FISCAL
- PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É UMA NECESSIDADE, DIZ PRESIDENTE DA ESTATAL
- SIMEPAR AGREGARÁ TECNOLOGIA AO MONITORAMENTO DE BARRAGENS
- VALE VAI CORTAR 10% DA PRODUÇÃO DE FERRO E INVESTIR R\$ 5 BI PARA DESATIVAR BARRAGENS
- MOODY'S PODE REBAIXAR NOTA DA VALE APÓS ROMPIMENTO DE BARRAGEM
- SP PREVÊ DEVOLUÇÃO DE R\$ 2,8 BI AO SETOR AUTOMOTIVO EM CRÉDITOS NO ICMS
- CHINA OFERECERÁ SUBSÍDIOS A CARROS E ELETRODOMÉSTICOS PARA AUMENTAR DEMANDA FRACA
- DEZEMBRO TEVE OS MELHORES ÍNDICES PARA O FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- MASSEY FERGUSON E VALTRA LANÇAM PULVERIZADORES
- CARRO VOADOR DA BOEING FAZ PRIMEIRO VOO AO AR LIVRE
- GRUPO HYUNDAI DESENVOLVE SISTEMA DE AIRBAG MULTICOLISÃO
- SETOR QUER QUE ALÍQUOTA DO REINTEGRA SUBA DE 0,1% PARA 2% A 3%, DIZ IABR

<b>CÂMBIO EM 30/01/2019</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,718	3,718
<b>Euro</b>	4,246	4,248

**Fonte: BACEN**

Artigo: A desoneração de que as empresas precisam

30/01/2019 – Fonte: CNI (publicado em 28-01-2019)

Em artigo publicado nesta segunda-feira (28) no jornal Estadão, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, explica que o custo de mão de obra é composto por diversos encargos. E o que é pago para o Sistema S está entre os menores

Eventuais cortes nos recursos de entidades como SESI e SENAI atingiriam justamente a principal rede que cuida da qualificação profissional, da saúde e da segurança dos trabalhadores no Brasil



A superação do dramático quadro de desemprego que assombra o Brasil é um dos grandes desafios do novo governo. Como mostram pesquisas recentes, a população está otimista, acreditando que dias melhores estão por vir. Mas emprego, como se sabe, não se cria por lei ou decreto. É preciso uma conjunção de fatores e medidas bem articuladas.

A redução da contribuição destinada pelas empresas a entidades como o [Serviço Social da Indústria \(SESI\)](#) e o [Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional \(SENAI\)](#) certamente não é uma delas. Aliás, pode trazer efeitos contrários aos pretendidos.

O corte na alíquota incidente sobre a folha de pagamento viria, como sinalizam algumas autoridades deste governo, num pacote de desoneração da iniciativa privada, que ficaria aliviada, em parte - nesse caso, ínfima -, de sua carga tributária. Com isso, esperam, haveria a retomada da criação de empregos.

A mira, no entanto, parece estar desajustada. Eventuais cortes nos recursos de entidades como Sesi e Senai atingiriam justamente a principal rede que cuida da qualificação profissional, da saúde e da segurança dos trabalhadores no Brasil. Os efeitos seriam danosos, sobretudo, para a preparação de mão de obra qualificada, fundamental para aumentar a baixa produtividade no País e também para fazer frente aos desafios da quarta revolução industrial, que já está em curso.

O custo de mão de obra compõe-se de diversos outros encargos além do salário, como INSS, RAT, salário-educação, FGTS, além dos direitos trabalhistas, verbas rescisórias, etc. Os custos do Sistema S estão entre os menores. Além disso, sua atuação traz enormes e inegáveis benefícios para as empresas e para os trabalhadores.

Note-se que, na folha salarial, o custo do INSS é de 20% sobre o salário; o do FGTS, 8%; o do salário-educação, 2,5%; e o do RAT (combinado com o FAP) pode chegar a 6%. Além disso, feriados custam cerca de 4,34% dos valores dos salários por ano; aviso prévio indenizado (considerando rotatividade média de um ano), 10,86%; multa rescisória de 40% do FGTS e adicional da LG110/01 nas dispensas sem justa causa, respectivamente, 2,1% e 1,31%. Sem falar nos impostos. As contribuições para o Sistema S custam menos que todos esses: 1,5% para Sesi/Sesc, 1% para Senai/Senac, além de 0,6% para o Sebrae.

Estudo publicado recentemente no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas ([Ibre-FGV](#)) demonstra que reduzir as contribuições ao Sistema S, como propõe o atual governo, teria efeito diminuto na queda do desemprego. Em resumo, o estudo sustenta que o corte proposto comprometeria severamente o importante trabalho desenvolvido pelas entidades que integram o Sistema S e não traria efeitos em termos de desoneração para criação de empregos.

Se a ideia é desonerar de maneira efetiva as folhas de salários das empresas, não faz sentido reduzir os repasses às entidades do Sistema S, pois o custo-benefício seria efetivamente muito baixo ou nulo, dado que as empresas teriam de lançar mão de outros recursos para qualificar seus empregados e promover a saúde e a segurança deles no ambiente de trabalho.

É reconhecido que o Brasil precisa de profissionais qualificados para preencher as vagas que têm surgido cada vez mais em decorrência das novas tecnologias advindas

da chamada indústria 4.0. O SENAI desempenha importante papel na capacitação de profissionais, hoje 95% da mão de obra empregada na indústria é de egressos dessa entidade. Ainda assim, o País carece de mão de obra capacitada.

A isso se soma o papel social: 80% dos jovens técnicos formados pelo SENAI são das classes C, D e E. Além de capacitar e tornar viável uma profissão para a parcela mais carente da população, há significativos ganhos na empregabilidade e na qualidade do emprego no Brasil.

Portanto, se o objetivo é estimular a criação de empregos, é um contrassenso retirar recursos de entidades que promovem qualificação profissional, capacitação, aprendizagem e melhor qualidade de vida para o trabalhador. Na verdade, a desoneração deveria ter como mira os encargos trabalhistas que não trazem retorno direto ao trabalhador, isto é, oneram a folha de pagamento, mas o benefício não é direto para o empregado, como a multa adicional de 10% sobre o FGTS.

Vale dizer que o SESI e o SENAI são instituições privadas, mantidas com recursos oriundos da própria indústria (artigo 240 da Constituição), modelo adotado por vários outros países, como França, Alemanha, Áustria, Finlândia, Inglaterra e Cingapura, onde se fixam percentuais parecidos. Tais recursos retomam como serviços para as próprias indústrias, e para a sociedade em serviços como a já citada qualificação profissional, bem como ensino básico, inovação tecnológica e ações em prol da segurança e da saúde no trabalho industrial.

Importante destacar que apenas as médias e grandes indústrias contribuem com recursos para o SESI e o SENAI, beneficiando as pequenas e microempresas, que são as maiores geradoras de empregos no País.

No fim das contas, se tiverem resultado positivo nas taxas de ocupação em curto prazo, eventuais cortes nos recursos do Sistema S certamente impactarão negativamente na qualidade da força de trabalho em médio e longo prazos, e em outras ações de suma importância para a produtividade e para a competitividade do País.

O Brasil não pode prescindir das ações dessas entidades, que preparam milhões de pessoas para o mercado de trabalho. O governo deveria focar todas as suas energias e seu capital político para realizar uma profunda reforma da Previdência, que produziria, entre outros benefícios, impactos positivos nos custos das folhas de pagamento das empresas.

Outra prioridade deveria ser a simplificação e redução da carga tributária que onera as empresas e afugenta investimentos, impedindo a retomada do crescimento e a criação de mais e melhores empregos.

É dessa desoneração que as empresas precisam. Sem isso, o Brasil dificilmente sairá do atoleiro em que se encontra.

**Robson Braga de Andrade**- Presidente da CNI

Evento debate relações de Brasil e Reino Unido

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

***Entre os painelistas estão Mark Prisk, representante do Reino Unido para comércio no Brasil, e o economista Rubens***

O King's College de Londres e a Faap realizam nos dias 1º e 2 de fevereiro a quarta edição do evento Conversa, com o objetivo de debater tópicos de interesse do Brasil

e do Reino Unido. Os debates, em São Paulo, tratarão das possibilidades de colaboração de Brasil e Reino Unido nos negócios, na política externa e em educação.

Entre os painelistas estão Mark Prisk, representante do Reino Unido para comércio no Brasil e membro do parlamento britânico, e o economista e diplomata brasileiro Rubens Ricupero.



Ex-ministro Rubens Ricupero; ele será um dos painelistas do evento - Mastrângelo Reino/Folhapress

A abertura fica a cargo de Alan Charlton, ex-embaixador do Reino Unido no Brasil e fundador do Conversa. A edição anterior do evento aconteceu em maio de 2017 no King's College.

Em 2018, o Reino Unido foi o 17º principal destino das exportações brasileiras. Os britânicos compraram US\$ 3 bilhões em produtos do Brasil e venderam US\$ 2,2 bilhões.

Sessenta pessoas participarão do evento. As vagas já foram preenchidas.

### Empréstimos do BNDES caem pelo 5º ano seguido

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

### ***Banco concedeu R\$ 69,3 bilhões no ano passado; em 2013, montante foi de R\$ 190 bilhões***

Os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram em 2018 pelo quinto ano consecutivo, refletindo a lenta recuperação da economia brasileira e a oferta de menos crédito subsidiado para investimentos.

O banco de fomento informou nesta terça-feira que concedeu R\$ 69,3 bilhões em empréstimos no ano passado, queda de 2% em relação ao ano anterior.

Principal canal do governo federal para incentivar investimentos privados, o BNDES tem mostrado a lentidão da demanda por investimentos de longo prazo no país, após ter atingido o recorde de R\$ 190 bilhões desembolsados em 2013.

Desde então, além da derrocada da atividade econômica brasileira, até a pior recessão de sua história em 2015/16, o BNDES também refletiu a reviravolta na política do controlador, o governo federal, que passou a cobrar de volta os cerca de R\$ 500 bilhões injetados no banco em seis anos até 2015. De lá até agosto passado, o banco devolveu ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 280 bilhões.

Além disso, houve a troca da principal referência usada para os empréstimos feitos pelo banco, da subsidiada TJLP pela TJP, mais atrelada a taxas de mercado, a partir de janeiro de 2018.

No relatório divulgado nesta terça-feira, o banco mostrou que indicadores antecedentes podem apontar uma retomada do volume de desembolsos a partir deste ano.

O documento mostrou que as aprovações, última etapa da tomada de recursos antes do efetivo desembolso, cresceram 27% em 2018, no comparativo anual, a R\$ 94,9 bilhões. Já as consultas ficaram estáveis em R\$ 98,8 bilhões.

## Concessões de crédito corporativo atingem o maior patamar desde 2015

30/01/2019 – Fonte: DCI

Os empréstimos com recursos livres e direcionados para pessoas jurídicas foram a R\$ 173 bilhões em dezembro último, uma alta de 10,3% ante igual período de 2017 e o melhor nível em três anos



O desembolso do crédito corporativo encerrou o ano de 2018 em R\$ 173 bilhões. O valor é 10,3% maior que os R\$ 156,8 bilhões registrados em dezembro de 2017, o maior patamar desde 2015. Apesar do primeiro trimestre de 2019 mais “lento”, as expectativas para este ano são positivas.

No estoque total de crédito para pessoas jurídicas, porém, o avanço foi bem menor, de 1,9%, para R\$ 1,469 trilhão, ante R\$ 1,442 trilhão de dezembro de 2017.

De acordo com o professor da Saint Paul Escola de Negócios Maurício Godói, o movimento mais efetivo de concessão só virá a partir do segundo semestre do ano.

“O primeiro trimestre será lento, esperando as aprovações necessárias pelo governo. Já o período de abril a junho será um momento importante do lado da indústria, que deve dar os primeiros passos em direção à contratação de mão de obra e compra de matérias primas. O avanço, assim, só virá mais significativo a partir de julho”, comenta o especialista.

Em termos de destaques, as linhas corporativas de curto prazo, como antecipação de fatura de cartão e desconto de duplicatas mostraram alta nos empréstimos de 47,1% (para R\$ 19,485 bilhões) e 17,2% (R\$ 37,52 bilhões) em dezembro último frente a igual mês de 2017, respectivamente.

Na mesma linha, o financiamento para aquisição de veículos mostrou um aumento de 65,2% na mesma base de comparação, para R\$ 2,194 bilhões.

“A melhora dos empréstimos vem até para compor o cenário de recuperação da economia. Além disso, sempre há espaço para redução de juros na ponta, principalmente frente às constantes quedas da inadimplência, fator que mais pesa no custo do crédito. Com uma economia mais sólida e uma redução no risco de calotes, os juros devem cair de forma mais firme em 2019” completa o professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) André Diz.

### Recursos Direcionados

Mesmo com a alta do crédito total, porém, os especialistas ponderam os recursos direcionados como ponto de atenção. Enquanto os financiamentos com recursos livres subiram 15,4% no ano, os empréstimos direcionados caíram 6,4%. Ainda segundo o BC, o estoque de financiamento com recursos do BNDES recuou 8,9% em dezembro último frente ao mesmo mês de 2017, de R\$ 487,3 bilhões para R\$ 444,1 bilhões.

“O BNDES está pagando mais caro para captar e não conseguirá subsídio como antes. A principal mudança que teremos é que o banco deverá ser bem mais focado em resultado econômico para reaquecer o País”, afirma Godói.

“A taxa de investimento do Brasil já é muito baixa e com o menor apelo ante empresas e sem o governo como provedor de investimentos, é preciso ligar um sinal de alerta”, completa André Diz, do Ibmecc.

O especialista diz ainda, que para o agronegócio, as expectativas são positivas. “Já para empréstimos imobiliários, a discussão ainda precisa ir mais a fundo para avaliarmos melhor o impacto do que a extinção de programas de crédito direcionado podem trazer. O Brasil tem um déficit habitacional muito grande e não pode se acomodar”, completa.

### Copel vai reduzir custos e economizar R\$ 10 milhões por ano

30/01/2019 – Fonte: Agência de Notícias do Paraná (publicado em 29-01-2019)

***Entre as medidas estão a entrega de imóveis locados, redução do número de assessores, extinção de gerências. Iniciativa foi anunciada pelo governador Ratinho Junior em reunião do secretariado.***

A Copel vai adotar uma série de medidas para reduzir custos. As primeiras iniciativas, que vão gerar economia de R\$ 10 milhões por ano, foram anunciadas pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior e pelo presidente da companhia, Daniel Pimentel Slaviero, nesta terça-feira (29), durante a reunião da equipe do governo, no Palácio Iguazu.

As subsidiárias não terão nomeação de novos diretores adjuntos, haverá redução de 50% dos cargos de assessores e a extinção dos cargos de gerente assistente de superintendência em todas as diretorias. Além disso, será feita a desocupação dos prédios locados em Curitiba – das Ruas Emiliano Pernetta e Comendador Araújo e o Polo Barigui, na Rua Mario Tourinho, um total de 5.000 metros quadrados de área útil. Estas medidas serão colocadas em prática a partir de fevereiro.

Somente com pessoal, serão economizados R\$ 4,8 milhões por ano, com redução de 35 cargos. Já com a devolução das estruturas prediais, serão menos R\$ 3,3 milhões com custo de aluguel no orçamento da Copel e menos R\$ 1,9 milhão de gastos com os serviços agregados.

Os 260 empregados que trabalham nestes prédios serão remanejados para as estruturas já existentes. Em 2018 a Copel diminuiu 563 postos de trabalho com o Programa de Demissão Incentivada (PDI), abrindo não só espaço nos edifícios da empresa como também uma economia de R\$ 152 mil ao ano com salários.

“Essas medidas são o primeiro passo de uma série de providências que serão tomadas na revisão da área administrativa da maior empresa do Paraná”, afirmou o governador. “A iniciativa da Companhia faz parte da nossa estratégia de governo de reduzir o custo da máquina pública para sobrar dinheiro para ao que é essencial à população, que é o investimento forte em saúde, educação, segurança e infraestrutura”, enfatizou.

Desde o início da gestão já houve a redução no número de secretarias (de 28 para 15) e haverá fusão de autarquias. O governador congelou salários do primeiro escalão e adotou o uso do brasão (símbolo do Paraná) como marca de gestão, sem gastos com logomarca de gestão.

Também foi encerrado o contrato de locação do jato que estava à disposição do Governo do Estado, com economia de R\$ 4,5 milhões, e determinada a auditoria na folha de pessoal ativo e de inativos. A meta estabelecida é reduzir os gastos de custeio da máquina pública em pelo menos 20%.

**MARCA** – Na Copel, de acordo com o presidente Daniel Slaviero, outras medidas de controle de gastos estão sendo estudadas para a implantação ao médio e longo prazo. “Estas iniciativas estão alinhadas aos compromissos que assumi na minha posse e em sintonia com as ações administrativas do governador Ratinho Junior,” afirmou.

Ele afirmou que iniciativas de melhoria de eficiência e redução de custos, somadas a boas práticas de governança e compliance, são o pilar de sustentação dos negócios da Copel. “Estas medidas representam o início do processo, pois continuaremos atentos a outras iniciativas, de médio e longo prazo, necessárias ao alcance dos objetivos da companhia”, completou.

“Estamos atentos a outras medidas que podem ser tomadas para fortalecer a Copel a fim de que a empresa possa investir mais, atender melhor os seus consumidores e para que ela se mantenha forte para seus acionistas e para a sociedade paranaense”, afirmou.

### Reforma da Previdência deve ser encaminhada ao Congresso até terceira semana de fevereiro, diz secretário

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse nesta terça (29) que a proposta de reforma da Previdência deve ser apresentada ao plenário da Câmara na segunda ou terceira semana de fevereiro.

Antes, a equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro informava que a previsão de envio da proposta para o Congresso era até a segunda semana de fevereiro.



Plenário da Câmara; proposta de reforma da Previdência deve ser apresentada na segunda ou terceira semana de fevereiro - Luis Macedo/Câmara dos Deputados

“Vai depender a área política do governo”, ressaltou Marinho, se referindo a conversas prévias entre os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Guedes, lideranças do governo no Congresso e os presidentes da Câmara e do Senado, que serão eleitos na próxima sexta-feira (1).

“É necessário que haja uma combinação entre todas as partes para que não haja ruído”, frisou.

O secretário reforçou que Bolsonaro tem acompanhada a elaboração da reforma da Previdência e dado orientações à equipe.

“Não tenho dúvidas que será uma proposta com alcance fiscal e será uma proposta, no sentido de que aqueles que podem vão contribuir mais do que aqueles que podem menos”, disse.

Marinho participou de uma reunião entre a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, com a equipe do Tribunal de Contas da União (TCU).



Segundo o secretário, é um “procedimento normal de sinergia” para que ações de desburocratização e reformas estruturais visadas pelo governo aconteçam dentro da legalidade.

“A ideia é termos uma parceria no sentido de fazermos com que a agenda do governo Bolsonaro possa ser desenvolvida levando em consideração o que diz a lei, com todo cuidado que é necessário, mas, ao mesmo tempo, que tenhamos a velocidade que a sociedade espera”, disse.

O secretário-geral de controle externo do TCU, Paulo Wiechers, disse que temas ligados à gestão fiscal, desestatizações, concessões são convergentes entre o órgão e o ministério da Economia.

De acordo com Wiechers, ao mostrar as pautas prioritárias, a equipe econômica permite que o TCU possa dar uma resposta às demandas o mais rápido possível.

### Rombo da Previdência sobe 3,2% e alcança R\$ 195,2 bilhões em 2018

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

#### ***Governo deve apresentar ao Congresso proposta com mudanças de regras em fevereiro***

O rombo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) cresceu 3,2% no ano passado em comparação com 2017, considerado dados corrigidos pela inflação.

As despesas da Previdência Social superaram a arrecadação em R\$ 195,2 bilhões, sendo que em 2017 o déficit foi de R\$ 182,4 bilhões. Sem considerar a inflação, a alta, portanto, foi de 7,0%.

O aumento no buraco da Previdência tem pressionado o governo a adotar medidas para buscar o equilíbrio das contas, entre elas uma proposta de reforma nas regras de aposentadorias a ser apresentada ao Congresso em meados de fevereiro.

O déficit divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça (29) se refere ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que inclui as contas de aposentadorias, pensões e auxílios a trabalhadores da iniciativa privada.

Para 2019, é estimado um rombo de R\$ 218 bilhões no INSS, segundo previsões do governo. A Previdência dos servidores públicos da União e dos militares é contabilizada em outro regime.

“O desafio do controle da despesa do governo central [que reúne as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência] nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com Previdência e despesas com pessoal”, destaca o relatório divulgado nesta terça.

O documento destaca que os benefícios previdenciários subiram R\$ 8,8 bilhões no ano em relação a 2017, já considerando a inflação no período.

A equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro já editou uma medida provisória (MP) para coibir fraudes no INSS e endurecer regras para receber benefícios.

Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou claro que uma reforma nas regras de aposentadoria ainda é necessária.

O governo deve propor, em fevereiro, uma mudança na Constituição que cria uma idade mínima para ter direito à aposentadoria, além de trocar o regime de Previdência

para quem ainda vai entrar no mercado de trabalho: o sistema de capitalização, no qual cada trabalhador faz a própria poupança.

A reforma da Previdência ainda está sendo formulada pelos técnicos do governo e deve ser apresentada ao presidente Bolsonaro, que dará o aval à proposta.

Depois disso, o Congresso analisará as mudanças na Previdência, um dos principais pilares do ajuste fiscal almejado por Guedes como forma de estimular o crescimento econômico e a volta dos investimentos.

### Bolsonaro pretende acabar com braço de participações do BNDES

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

*Em quatro anos, objetivo é que o BNDESPar seja fechado*

O governo Jair Bolsonaro pretende vender todas as participações que o BNDES possui em empresas nos próximos quatro anos.

O objetivo é que, no fim desse processo, o BNDESPar, braço de participações do banco de fomento, seja fechado.

A revelação foi feita pelo secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo federal, Salim Mattar, nesta terça-feira (29), em evento realizado pelo banco Credit Suisse.

Mattar faz parte da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Não há razão para o governo ter uma carteira de ações de empresas. Vamos vender essas empresas e abater dívidas. São R\$ 110 bilhões em participação", disse o secretário, referindo-se a participação do BNDESPar em diferentes companhias, como Petrobras, Vale, Gerdau, JBS, etc.



Secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo federal, Salim Mattar - Amanda Perobelli/Reuters

Conforme as demonstrações financeiras do sistema BNDES, a carteira de participações societárias do banco chegava a R\$ 99,7 bilhões em setembro do ano passado --um pouco abaixo, portanto, do número citado pelo secretário.

O resultado do banco consolidado de 2018 ainda não foi divulgado.

Técnicos do BNDES consultados pela Folha confirmaram, sob o anonimato, a intenção do banco de continuar se desfazendo de participações acionárias e reduzindo a carteira de ações, mas classificaram como desafiador o prazo de concluir o processo em quatro anos.

Segundo explicam essas fontes, o BNDES está preparado para avançar com as vendas de ações, atendendo os requisitos de prestação de contas dos órgãos de controle, mas a decisão de vender ou não dependem das condições de preço e liquidez no mercado. Mattar ressaltou que a missão do BNDES será financiar infraestrutura e o médio empresário brasileiro que tem dificuldade de buscar recursos. E aproveitou para dizer que a instituição foi "assaltada nos últimos anos", em referência aos governos petistas.

"No último governo vocês viram o que foi o BNDES. Essa farra acabou. O BNDES agora é uma instituição de credibilidade que vai financiar as obras necessárias para o país mas de forma mais cuidadosa, profissional e ética", reforçou Mattar.

Com a missão de investir em empresas e fomentar o mercado de capitais brasileiro, a BNDESPar surgiu em 1982, resultado de uma fusão de três subsidiárias do BNDES existentes desde a década de 1970.

Nos governos Lula e Dilma, a carteira de ações do banco deu um salto graças a uma política de apoio à internacionalização das empresas brasileiras e à criação de "multinacionais verde amarelas".

Em 2008, ano em que a política dos "campeões nacionais" começou a ganhar tração, a carteira de ações do BNDESPar estava em R\$ 59 bilhões. Em 2010, já havia atingido R\$ 125,2 bilhões --valor recorde para o sistema.

Investigações da Polícia Federal apuram se parte desse dinheiro foi injetado nas companhias mediante suborno. Em delação premiada, Joesley Batista, dono da JBS, admitiu pagar propina ao ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, para liberação de aportes do BNDES, mas eximiu os funcionários do banco de participação no esquema.

A partir de 2015, ainda no governo Dilma Rousseff, a estratégia para a BNDESPar começou a mudar com a entrada do economista Joaquim Levy no extinto Ministério da Fazenda.

A ordem passou a ser reduzir o tamanho da participação do banco mercado de capitais. Apesar de ter feito parte da equipe da petista, Levy foi escolhido por Guedes para comandar o BNDES no governo Bolsonaro.

Desde 2015 até setembro de 2018, a BNDESPar já vendeu R\$ 16,42 bilhões em ações, com destaque para a alienação de papéis da Vale, Petrobras, Eletrobras e Eletropaulo. Esse valor ainda deve subir significativamente ao longo deste ano.

Apenas na compra da fabricante de celulose Fibria pela Suzano, o banco de fomento deve levantar R\$ 8,5 bilhões. O BNDES é um sócio relevante da Fibria.

A operação, anunciada em março de 2018, só foi totalmente concluída em janeiro deste ano, após a aprovação dos órgãos reguladores.

Mattar reforçou ainda que o governo Bolsonaro pretende deixar apenas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras fora do rol de privatizações. Mesmo assim, essas estatais teriam tamanho reduzido.

"Eu tenho um panorama geral. As estatais brasileiras, Petrobras, Banco do Brasil e Caixa, deverão ao longo desses quatro anos se desfazer dos seus ativos e ficar um pouco mais magras e mais enxutas", disse.

O secretário afirmou também que pretende superar a meta de arrecadação com privatizações fixada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

[Famílias começam a reequilibrar orçamento e consumo dá sinais de fôlego](#)

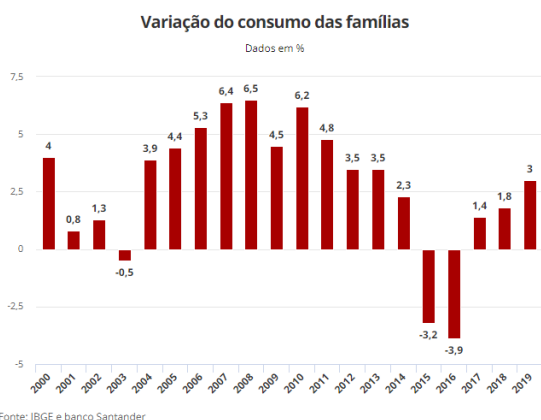
30/01/2019 – Fonte: G1

O consumo das famílias deve dar sinais mais concretos de retomada neste ano. A melhora esperada ainda está distante do período de bonança da economia brasileira, mas as previsões já dão indícios de que o pior da crise ficou para trás. Hoje, bancos e consultorias estimam que o consumo das famílias deve crescer entre 2,5% e 3% neste

ano. Se confirmado, será o melhor desempenho desde 2013. Em valores, o consumo pode movimentar R\$ 295 bilhões, segundo estimativas do banco Santander.

## Varição do consumo das famílias

Dados em %



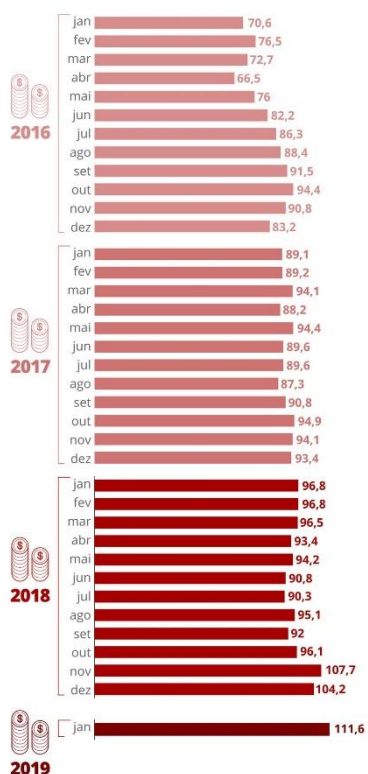
Fonte: IBGE e banco Santander

### Otimismo com o futuro

Cresce confiança com a situação financeira futura das famílias

#### Situação financeira futura das famílias

Dados em pontos



Infográfico atualizado em: 28/01/2019

Uma combinação de fatores tem permitido um cenário mais positivo para o consumo. Nos últimos anos, os brasileiros passaram a reorganizar o orçamento pessoal, abrindo algum espaço para tomar novos créditos.

Além disso, a melhora do mercado de trabalho – ainda que tímida e mais focada no emprego informal –, a inflação controlada e os juros baixos têm colaborado para um avanço da confiança na economia e, conseqüentemente, para uma disposição maior em comprar.

"O consumidor tem uma expectativa de melhora da atividade econômica neste ano e um otimismo em relação ao futuro", diz Viviane Seda, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

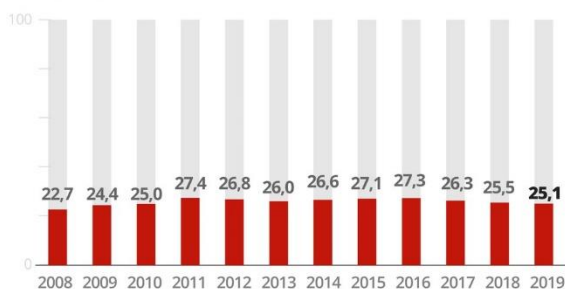
Nas últimas leituras sobre a confiança do consumidor, esse otimismo com o futuro ficou evidente. A expectativa dos entrevistados com a situação financeira futura ultrapassou os 110 pontos em janeiro – patamar que não era superado desde fevereiro de 2013.

## Orçamento ajustado

Famílias reduzem comprometimento da renda; estresse financeiro também cai

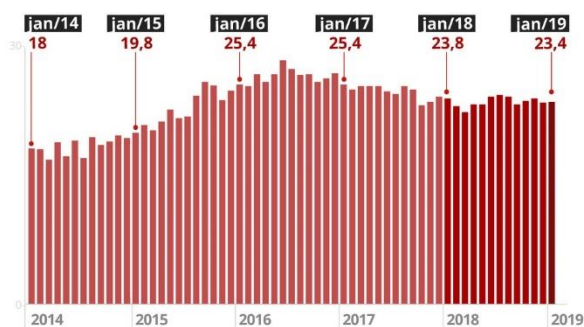
### Comprometimento da renda

Dados em %



### Estresse financeiro das famílias

Dados em %



Fontes: Ibre/FGV e consultoria Tendências

Infográfico atualizado em: 28/01/2019



Além disso, o estresse financeiro das famílias medido pelo Ibre/FGV – que leva em conta a proporção de brasileiros que usa algum tipo de poupança para quitar dívidas ou que ainda se endividam – está em caindo gradualmente.

"O estresse financeiro recuou para todas as faixas financeiras, desde os consumidores que têm menos poder aquisitivo aos que têm mais. Isso é muito positivo", diz Viviane.

De fato, as famílias estão com uma margem de manobra maior no orçamento. O comprometimento de renda deve recuar para 25% neste ano, segundo um levantamento da consultoria Tendências. Ou seja, de cada R\$ 100 obtidos por uma família, R\$ 25 estarão comprometidos com algum tipo de dívida. Será o terceiro ano seguido de queda.

"O consumidor melhorou o seu perfil de dívida e conseguiu migrar para modalidades mais baratas", diz Isabela Tavares, economista da Tendências Consultoria Integrada. "O perfil de crédito do tomador melhorou e agora os consumidores têm condições de reduzir o seu endividamento."

Ao longo de 2018, a melhora do consumo das famílias já vinha sendo observada, também por causa da baixa inflação e pelo baixo patamar dos juros. O que atrapalhou um desempenho mais robusto foi a confiança, afetada pela greve dos caminhoneiros de maio e pela incerteza eleitoral.

"A confiança acabou jogando contra o consumo no ano passado. A recuperação só foi ocorrer em novembro, depois da eleição", afirma Lucas Nobrega, economista do banco Santander.

## Consumidores esperam melhora real



Entre os consumidores, há realmente uma maior predisposição para consumir e a confiança na retomada econômica, mas ainda é preciso que essa percepção se transforme em realidade.

"As pessoas estão acreditando mais (na economia) e, por isso, acabam consumindo mais também. A confiança cresceu, mas isso não quer dizer que vai melhorar", afirma a professora Mariléia de Lima Espin, de 32 anos.

Na época da crise, a família de Mariléia foi obrigada a reduzir uma série de itens de consumo para conseguir equilibrar o orçamento. "Fomos atrás de mais promoções e

cortamos viagens." Agora, aos poucos, ela espera retomar os velhos hábitos de consumo.

Para Tamara Neri Santana, de 34 anos, ainda há um receio de gastar mais neste ano, "mas pelo o que a gente vê a economia está melhorando". "O emprego de repente pode melhorar um pouco mais, mas ainda estamos com receio", afirma a assistente de recursos humanos.

### ***Reformas são importantes, mas não fundamentais***

A expectativa positiva traçada para o consumo leva em conta um cenário em que o governo Jair Bolsonaro enderece as principais reformas econômica, sobretudo na área fiscal, com a mudança na legislação previdenciária.

Mas, mesmo se toda a agenda não sair do papel, a volta do consumo deverá ocorrer neste ano, de acordo com economistas. O fracasso da agenda reformista pode ter um impacto no investimento e no canal do crédito, mas vai deve levar algum tempo para fazer o consumidor desistir de comprar.

"É claro que se a reforma não acontecer vai ficar um clima ruim, mas isso não interfere tanto na confiança porque o impacto que ela terá no dia a dia das pessoas leva tempo para produzir resultados mensuráveis", diz o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC). "Abdicar de bens de consumos duráveis é algo que provavelmente não vai voltar a acontecer este ano."

### **Confiança de serviços sobe 3,6 pontos em janeiro ante dezembro, revela FGV**

30/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 3,6 pontos na passagem de dezembro de 2018 para janeiro de 2019, alcançando 98,2 pontos, na série com ajuste sazonal, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira, 30. O resultado representa o maior patamar desde março de 2014, quando estava em 98,7 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 2,9 pontos em janeiro, o sexto mês consecutivo de crescimento.

"A Sondagem de janeiro confirma a melhora na percepção das empresas de Serviços em relação ao ambiente de negócios. Essa reação, no entanto, permanece apoiada nas expectativas, ficando as avaliações da situação corrente com desempenho positivo, mas ainda muito discreto. Assim, é de se esperar que a atividade produtiva prossiga em ritmo moderado nesse início de ano", avaliou Silvio Sales, consultor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em janeiro, a confiança aumentou em 11 das 13 principais atividades pesquisadas pela FGV.

O Índice de Expectativas (IE-S) cresceu 6,2 pontos, para 107,1 pontos, maior nível desde abril de 2012. Os dois componentes contribuíram positivamente para o resultado: o item da tendência dos negócios para os próximos seis meses teve elevação de 7,8 pontos, enquanto a demanda prevista subiu 4,7 pontos.

"Um aspecto importante da contínua melhora das expectativas vem sendo seu efeito positivo sobre o indicador que mede o ímpeto de contratações para os próximos meses, uma vez que os Serviços são o setor de maior participação no mercado de trabalho", completou Sales.

O Índice da Situação Atual (ISA-S) subiu 0,8 ponto em janeiro, para 89,3 pontos. A alta foi puxada pelo item que mede a situação atual dos negócios, que avançou 1,6 ponto no mês, para 90 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) do setor de serviços subiu 0,2 ponto porcentual em janeiro ante dezembro, para 82,1%.

A coleta de dados para a edição de dezembro da Sondagem de Serviços foi realizada entre os dias 2 e 25 do mês.

### IPP cai 1,46% em dezembro ante queda de 1,62% em novembro, revela IBGE

30/01/2019 – Fonte: DCI

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou queda de 1,46% em dezembro de 2018, informou nesta quarta-feira, 30, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de novembro de 2018 foi revista de uma redução de 1,54% para recuo de 1,62%.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado de dezembro, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 9,76% no ano de 2018.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve redução de 8,13% em dezembro, após o recuo de 0,49% registrado em novembro. Os preços das indústrias extrativas encerraram 2018 com alta de 26,58%.

Já a indústria de transformação registrou queda de 1,12% em dezembro, ante uma redução de 1,68% no IPP de novembro. No ano de 2018, houve alta de 9,07% nos preços.

### Indicador de incerteza (IIE-Br) cai 1,5 pontos em janeiro ante dezembro, diz FGV

30/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 1,5 ponto na passagem de dezembro de 2018 para janeiro de 2019, alcançando 111,5 pontos, informou nesta quarta-feira, 30, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o resultado, o indicador persiste na região de incerteza elevada (acima de 110 pontos).

“Conforme esperado, o Indicador de Incerteza segue em patamar elevado. Uma das razões para tal é a incerteza quanto às eleições no Congresso. Sabe-se que dependendo dos resultados, a aprovação das reformas, necessárias para o crescimento econômico, pode ter o caminho dificultado. A tendência é que o Indicador permaneça elevado até que se tenha maior clareza quanto à capacidade do governo em administrar tais reformas”, avaliou a pesquisadora Raíra Marotta, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O IIE-Br é composto por dois componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; e o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA.

Em janeiro, o componente de Mídia encolheu 1,4 ponto em relação a dezembro, contribuindo com -1,2 ponto para o resultado agregado. Já o componente de Expectativa recuou 1,6 ponto, com impacto de -0,3 ponto para o indicador final.

A coleta do Indicador de Incerteza da Economia Brasileira é realizada entre o dia 26 do mês anterior ao dia 24 do mês de referência.

## IGP-M sobe 0,01% em janeiro ante -1,08% em dezembro (+6,74% em 12 meses)

30/01/2019 – Fonte: DCI

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ficou praticamente estável em janeiro, com ligeira alta de 0,01%, após ter registrado queda de 1,08% em dezembro, revelou na manhã desta quarta-feira, 30, a Fundação Getulio Vargas (FGV). No acumulado de 12 meses, o índice acumulou alta de 6,74% em janeiro, em desaceleração ante a taxa de 7,54% verificada em dezembro.

A taxa do indicador mensal ficou dentro do intervalo das estimativas da pesquisa do **Projeções Broadcast**, (-0,07% a +0,25%) e ligeiramente acima da mediana, que indicava estabilidade.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) teve declínio de 0,26%, após ter apresentado queda de 1,67% em dezembro. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) acelerou o ritmo de alta a 0,58%, depois de 0,09%. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) passou de 0,13% para 0,40% no período.

## Santander: houve 'inconsistência' nas taxas do cheque especial informadas ao BC

30/01/2019 – Fonte: Tribuna PR

O banco Santander afirmou na noite desta terça-feira, 29, por meio de nota encaminhada ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, que verificou uma "inconsistência nas taxas de juros do cheque especial reportadas ao Banco Central na última semana de novembro de 2018 e enviou novas informações para correção".

De acordo com o banco, "os dados incorretos sugerem uma elevação na taxa do produto, comparando o final dos meses de novembro e dezembro daquele ano, que não se verificou na prática, ou seja, os percentuais permaneceram estáveis".

Na manhã desta terça, o Banco Central informou que a taxa média de juros cobrada no cheque especial subiu de 305,7% ao ano em novembro para 312,6% ao ano em dezembro. Esta taxa média considera todas as instituições financeiras do sistema.

De acordo com a autarquia, a alta média ocorreu em parte por um "efeito composição" pelas instituições financeiras: normalmente quem busca o cheque especial no fim do ano tem um perfil de risco mais alto, por isso as taxas são mais caras. Além disso, o BC citou o caso de uma grande instituição financeira que elevou de forma mais acentuada o juro no cheque especial no período.

Dados disponíveis no site do próprio BC mostram que o Santander teria subido de 234,35% ao ano em novembro para 422,46% ao ano em dezembro a taxa do cheque especial.

Esta é justamente a inconsistência relatada pelo Santander. Os dados, conforme a instituição financeira, não estão corretos.

Na nota, o Santander acrescentou que o produto Santander Master "permite a utilização do limite extra da conta corrente por até dez dias sem a cobrança de juros para todos os clientes pessoa física".

"Cerca de 35% dos usuários do cheque especial usufruem deste benefício regularmente, o que não é contabilizado no cálculo da taxa média divulgada pelo Banco Central."



30/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 29-01-2019)

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) fez nesta noite de terça-feira, 29, em nota enviada ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, uma defesa das medidas de autorregulação para o cheque especial, adotadas pelas instituições financeiras associadas no ano passado.

De acordo com a entidade, os números do setor de crédito, divulgados na manhã desta terça pelo Banco Central, "mostram uma pequena queda na taxa de juros média do produto cheque especial, no segundo semestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior, acompanhando a também modesta redução na taxa de inadimplência deste produto".

A federação cita que, "entre junho de 2018, quando entraram em vigor as novas normas de autorregulação da Febraban para o cheque especial, e dezembro de 2018, as taxas de juros para este produto oscilaram em torno de 12,5% ao mês, abaixo das taxas verificadas no mesmo período de 2017, que se situaram em torno de 12,8% ao mês".

Ao abordar a questão da inadimplência, a Febraban lembrou que sua expectativa, com a autorregulação, era de que houvesse uso "mais apropriado do produto (apenas emergências e por curto espaço de tempo)". Segundo a federação, isso resultaria numa queda das taxas de inadimplência e, em consequência, nas taxas de juros.

"No caso da inadimplência no cheque especial, verificou-se, de fato, uma queda, embora pequena, na comparação do ano passado com o anterior: a taxa, que havia variado entre 15,5% em maio de 2017 a 16,2% em dezembro de 2017, passou para uma variação entre 13,2% em maio de 2018 a 15,4% em dezembro do mesmo ano", pontuou a Febraban.

Mais cedo, o Broadcast informou que, apesar da autorregulação, as taxas cobradas de clientes no cheque especial não recuaram. Em dezembro do ano passado, quem entrou no cheque especial pagou um juro médio de 312,6% ao ano (ou 12,5% ao mês), conforme os dados divulgados pelo Banco Central. Em junho, antes que as medidas entrassem efetivamente em vigor, a taxa média era de 304,9% ao ano (12,4% ao mês).

A autorregulação prevê oferta de crédito mais barato ao cliente que usar 15% do limite do cheque especial por 30 dias. Desde junho, conforme a Febraban, os 12 bancos do sistema de autorregulação enviaram pouco mais de 14 milhões de oferta de migração do cheque especial para o crédito parcelado, para clientes que usaram os 15% do limite.

"Mais de 5,2 milhões de débitos no cheque especial foram convertidos, no ano passado, em linhas de crédito alternativas a custos mais baixos", pontuou a Febraban.

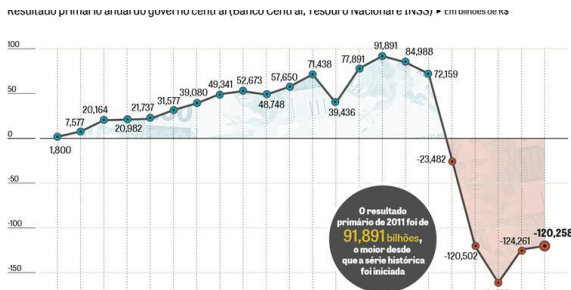
A federação afirmou ainda, na nota, que espera que "a melhoria das condições macroeconômicas, a maior oferta de crédito e a recuperação da atividade levem a uma menor inadimplência e à continuidade processo de redução no custo do crédito".

Para a entidade, os bancos têm aproveitado a queda na Selic – a taxa básica de juros, atualmente em 6,50% ao ano – "para reduzir o custo do crédito ao consumidor, em alguns casos com cortes bem superiores nas taxas cobradas dos clientes".

## Receita cresce em ritmo maior que a despesa e melhora resultado fiscal

30/01/2019 – Fonte: DCI

Em 2018, foi o quinto ano que o governo federal teve déficit; No total, as contas da União ficaram negativas em R\$ 120,3 bilhões, abaixo da meta de rombo de R\$ 159 bilhões e melhor que em 2017



O governo federal teve um desempenho fiscal melhor em 2018 em relação a 2017, influenciado, basicamente, por um crescimento das receitas mais acelerado e superior às despesas primárias, com forte contribuição do setor externo.

Do lado das despesas, o governo federal conseguiu cumprir, pelo segundo ano consecutivo e com uma folga de R\$ 60 bilhões, a regra do teto de gastos, que impede que as despesas cresçam acima da inflação do ano anterior. Na avaliação de especialistas, tem ocorrido um ajuste estrutural nos gastos públicos, o que não significa que os desafios estão superados.

Em 2018, foi o quinto ano que o governo teve déficit. No total, as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social registram um rombo de R\$ 120,3 bilhões (1,7% do PIB), contra R\$ 124,3 bilhões em 2017, uma queda real (descontada a inflação) de 3,2%.

O déficit foi R\$ 38,7 bilhões inferior à meta de R\$ 159,0 bilhões (2,3% do PIB) fixada pelo governo para o ano. Segundo o Tesouro, essa diferença ocorreu porque a execução da despesa foi R\$ 32,8 bilhões menor do que o programado, ao passo que a receita líquida (descontada as transferências para os governos regionais) foi R\$ 5,9 bilhões superior.

“Em linhas gerais, o melhor resultado de 2018 ante 2017 é explicado por um ritmo de crescimento das receitas superior ao das despesas. Enquanto a receita corrente líquida teve crescimento real de 2,6% [a R\$ 1,245 trilhão], as despesas cresceram apenas 2,0% [a 1,371 trilhão]”, analisa o economista da Tendências Consultoria, Fábio Klein.

Segundo ele, o avanço das receitas se deu, principalmente, pelo bom desempenho das receitas tributárias (+4,6%, a R\$ 919 bilhões), fruto da retomada econômica, complementada pela forte entrada de receitas de *royalties* e participações em petróleo.

“Juntas, essas duas fontes de receitas compensaram o fraco desempenho da receita previdenciária [+0,7%, a R\$ 396 bilhões] e o menor recolhimento de receitas com concessões, que totalizaram R\$ 21,9 bilhões em 2018 [contra R\$ 32,1 bilhões em 2017]”, diz Klein.

Já para a pesquisadora da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), Vilma Pinto, houve uma contribuição muito forte do setor externo.

"O aumento do volume em dólares das importações, somado ao efeito cambial, contribuíram para que houvesse um crescimento real dos impostos vinculados a importação da ordem de 19,6%, considerando o imposto sobre importação, PIS/Cofins sobre importação e IPI vinculado a importação".

Além disso, Vilma afirma que os tributos relativos aos combustíveis e petróleo também apresentaram forte crescimento. Os fatores para esse crescimento que, em 2018, foi de 48,8% em termos reais, decorrem de mudanças na legislação que alteraram as alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis; o aumento do preço do petróleo em dólar e a desvalorização cambial.

"Assim, temos que, apesar de outros esforços do governo para galgar uma receita primária elevada, a contribuição maior ficou por conta de fatores externos", diz Vilma.

### Privatização da Eletrobras é uma necessidade, diz presidente da estatal

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

#### ***Ideia do governo é que empresa volte a investir; Angra 3 deverá ter concorrência internacional no segundo semestre***

O modelo de privatização da Eletrobras ainda está em análise pelo novo governo, mas, para se manter competitiva no mercado, a companhia deverá se capitalizar, afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, nesta terça-feira (29).

"O objetivo da capitalização colocado por este governo é que a companhia tenha capacidade de investimento. É importante que a companhia tenha como aumentar sua competitividade para participar da expansão futura [do sistema elétrico]", disse o executivo a jornalistas, antes de sua palestra em um evento do Credit Suisse, em São Paulo.



Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, durante conferência em Brasília - Ueslei Marcelino - 27.mar.2018/REUTERS

Ferreira afirma que ainda está em "processo de entendimento" com o novo ministro de Minas e Energia, o almirante Bento Albuquerque, e que não foi definido se a atual gestão vai aproveitar o projeto de lei encaminhado pelo último governo, de Michel Temer, sobre o tema.

Esse modelo, defendido pelo executivo, prevê uma diluição do capital da União na Eletrobras. O governo teria uma golden share, e haveria limitação de concentração de voto dos demais acionistas. Além disso, haveria uma partilha igual dos recursos advindos da capitalização entre investidores, governo e consumidores de energia.

A ideia, diz ele, é que a estatal volte a fazer investimentos em áreas como energias renováveis, comercialização de energia no mercado livre (em que grandes consumidores compram diretamente dos geradores, a preços mais voláteis) e em "projetos binacionais", que ele não especificou.

Em relação à conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 —um dos projetos mais defendidos pelo novo ministro— Ferreira afirmou que uma concorrência internacional deverá ser feita no segundo semestre deste ano.

A ideia do governo é atrair um parceiro privado para terminar o empreendimento, paralisado após denúncias de corrupção em 2015. "Precisamos de um parceiro tecnológico para que a obra esteja acima de qualquer suspeita", afirmou.

Ferreira é presidente da estatal desde julho de 2016. Ele foi nomeado durante o governo de Michel Temer e promoveu uma forte reestruturação na empresa, com a redução do número de funcionários e a venda das distribuidoras de energia que restavam na estatal.

Sua escolha pelo novo governo para continuar no cargo foi vista pelo mercado como um sinal positivo pelo setor privado, de que a equipe de Bolsonaro apoiaria uma privatização da empresa.

Além da capitalização da estatal, Ferreira diz que a empresa agora entra em um processo de estabilizar as reestruturações feitas em sua última gestão.

Ainda há a previsão de reduzir mais o número de funcionários, vender alguns ativos que não foram leiloados no ano passado e concluir grandes obras importantes, como usinas eólicas e térmicas em construção.

A empresa também está em processo de contratação de uma consultoria para planejar o futuro da companhia e seus novos investimentos, dentro de uma lógica de mercado, diz ele.

"A perspectiva é de criar valor. A forma como a companhia operou no passado cobrou um preço elevadíssimo. Se a empresa perdeu dinheiro, quem mais perdeu fomos nós brasileiros. Não é para ser uma operação destruidora de valor."

### Simepar agregará tecnologia ao monitoramento de barragens

30/01/2019 – Fonte: Agência de Notícias do Paraná (publicado em 29-01-2019)

Órgão atuará em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo para um levantamento de todas as barragens no Paraná. A avaliação resultará em medidas de prevenção de acidentes.



O Simepar foi escolhido para auxiliar no processo porque o órgão, sediado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, desenvolve atividades de serviços nas áreas de meteorologia, hidrologia e meio ambiente.

O diretor-presidente do Simepar, Eduardo Alvim, afirmou nesta terça-feira (29) que o órgão vai agregar tecnologia à ação de monitoramento e proteção das barragens do Paraná. Segundo ele, o instituto está muito ligado ao sistema de Defesa Civil do Estado e, por isso, o trabalho terá muito foco em gestão de risco.

A declaração foi dada em entrevista concedida junto com o secretário interino do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Everton Luiz da Costa Souza, que reforçou que no Paraná a maioria das barragens existentes é de baixo risco.

No Estado, estima-se que há mais de 500 barragens de captação de água, sendo que 60 já foram avaliadas para identificar o grau de risco - baixo, médio ou alto. Segundo Souza, não existe nenhum risco iminente à população, mas barragens consideradas de alto risco estão recebendo uma atenção maior.

PARCERIA – Para fortalecer as ações de prevenção de desastres, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável firmará contrato de gestão com o Simepar para a realização de um levantamento de todas as barragens existentes, principalmente das que não possuem registro nas agências de água e mineração no Estado.

No Paraná, a maioria das barragens é para uso de irrigação, abastecimento de água, geração de energia, proteção de meio ambiente e recreação.

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) existem no Estado três barreiras de rejeito. “As barragens precisam de um controle maior e é essa ação que o Estado vai tomar para poder estabelecer esse controle”, ressaltou Everton.

ETAPAS – O diretor-presidente do Simepar explicou que o trabalho que intensificará a fiscalização e o monitoramento das barragens em todo o Paraná será realizado em duas etapas. A primeira é de inventário, para obter uma visão geral de quais são as barragens, onde está a propriedade, qual o uso e a situação.

“Num segundo momento se estabelece o regime de protocolo. Tudo isso feito em conjunto com o Simepar e a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, focados em protocolos que sejam seguidos para a caracterização de cada uma dessas estruturas”, disse ele.

Depois, conforme o caso e a avaliação de riscos e danos potenciais, se desenvolvem as estratégias específicas. “Nem todas merecerão a modelagem de ruptura das barragens. Isso é feito quando é necessário, quando o risco de ruptura e os impactos observados são relevantes. Então cada caso será tratado conforme a relevância”, explicou.

FORTALECIMENTO – As estratégias de ação já estão sendo estabelecidas. Segundo o diretor-presidente do Simepar, será necessário atrair e qualificar profissionais de mercado para trabalhar em conjunto com o Estado.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) participará dos trabalhos, principalmente na atração de profissionais sobre a questão de gestão de risco em reservatórios e na segurança de barragens.

“A ideia é trazer o conhecimento técnico, eventualmente a qualificação de profissionais, que podem não ser da UFPR mas que passam por um crivo nosso e um auxílio na relação”, disse o professor Eduardo Gobbi.

Segundo ele, é possível buscar profissionais de outras universidades estaduais e federais, uma vez que o Brasil tem profissionais de alto nível espalhados pelo País.

“Nosso papel vai ser ajudar em toda essa relação e desenvolver tecnologias e pesquisa, caso haja necessidade”, afirmou.

## Vale vai cortar 10% da produção de ferro e investir R\$ 5 bi para desativar barragens

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

### **Empresa terá de cortar até em 40 milhões de toneladas por ano da produção de**

Em meio à pressão do governo federal, acionistas e agências de risco por respostas à tragédia de Brumadinho, a Vale decidiu cortar 10% da produção anual de minério de ferro por até três anos para acabar de vez com dez barragens similares a que rompeu no município mineiro.

Esse processo vai custar R\$ 5 bilhões à companhia. O plano foi apresentado ao governo federal e anunciado no início da noite desta terça-feira (29).

"Esse é um plano de ação, uma resposta cabal da companhia à altura dessa enorme tragédia em Brumadinho", disse o presidente da Vale, Fabio Schvartsman.

O executivo e outros três diretores da companhia participaram de uma reunião com os ministros de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e com o de Meio Ambiente, Ricardo Salles, em Brasília.

Em Minas Gerais, a Vale possuía 19 barragens dessa natureza, das quais nove já foram integradas ao ambiente.

O executivo apresentou um plano para extinguir as restantes. O plano já foi apresentado ao governador Romeu Zema (Novo). Segundo Schvartsman, ele apoiou a medida.

A empresa terá de cortar até em 40 milhões de toneladas por ano da produção de minério. Os cerca de 5.000 funcionários que trabalham na região deverão ser transferidos para outras áreas de produção, segundo Schvartsman.

Em nota, a Vale informou que, para a realização das obras de descomissionamento das barragens a montante, paralisará temporariamente a produção das unidades onde as estruturas estão localizadas. Entre as unidades estão: Abóboras, Vargem Grande, Capitão do Mato e Tamanduá, no complexo Vargem Grande, e as operações de Jangada, Fábrica, Segredo, João Pereira e Alto Bandeira, no complexo Paraopebas.

"As operações nas unidades paralisadas serão retomadas à medida que forem concluídos os descomissionamentos", informou a empresa.

## Moody's pode rebaixar nota da Vale após rompimento de barragem

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

### **Agência diz que ainda é difícil medir o potencial de passivos gerados pela tragédia**

A Moody's colocou a nota de crédito da Vale em revisão para rebaixamento, a terceira agência de risco a sinalizar uma piora na avaliação da mineradora após o rompimento da barragem de Brumadinho. Atualmente a agência classifica a Vale como Baa3.

Segundo a Moody's, ainda que seja cedo para estimar a extensão do prejuízo, o acidente terá impacto sobre a companhia em todos os aspectos. "É difícil mensurar o potencial dos passivos ambientais, administrativos, penais e cíveis que a empresa poderá enfrentar, bem como o impacto sobre sua reputação", diz a agência.

No comunicado, a Moody's acrescentou que as punições financeiras devem ser maiores que as aplicadas à Samarco dado o elevado número de mortes e o fato de ter ocorrido apenas 3 anos após o rompimento da barragem em Mariana.

A agência disse ainda que irá considerar potenciais passivos e sanções sobre a empresa e seus executivos, os custos nos quais a Vale incorrerá e potenciais pressões de liquidez que possam surgir como consequência do desastre.

Na noite de segunda, a Fitch rebaixou a Vale de BBB+ para BBB-, enquanto a Standard & Poor's também colocou a nota de crédito da mineradora em revisão.

### SP prevê devolução de R\$ 2,8 bi ao setor automotivo em créditos no ICMS

30/01/2019 – Fonte: Exame (publicado em 29-01-2019)



*Empresas acumulam esse crédito em decorrência da aplicação de alíquotas diferentes em operações de entrada e saída de mercadoria*

O governo do Estado de São Paulo prevê a devolução de R\$ 2,8 bilhões às fabricantes de veículos e autopeças em 2019, referentes a crédito acumulados pelas empresas no **ICMS** (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), informou nesta terça-feira, 29, ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, a Secretaria da Fazenda (Sefaz).

O montante, segundo a pasta, inclui R\$ 430 milhões que sobraram de 2018. O governo havia programado devolver R\$ 1,2 bilhão no ano passado, mas as empresas só solicitaram R\$ 770 milhões.

A Sefaz não informa os valores que estão previstos para os anos seguintes. No entanto, segundo estimativas do setor, o Estado deve às empresas algo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões.

As empresas acumulam esse crédito com o governo em decorrência da aplicação de alíquotas diferentes em operações de entrada e de saída de mercadoria.

Para receber esse dinheiro, a empresa deve solicitar o reconhecimento do crédito gerado em período específico, apresentando as informações necessárias à avaliação.

A devolução desse crédito, um debate antigo entre as empresas do setor e o governo, voltou à tona na semana passada, após a GM pedir a antecipação da sua parte dos anos seguintes para 2019, alegando que passa por dificuldades financeiras.

A montadora, inclusive, chegou a sinalizar a seus funcionários que poderia deixar o Brasil se não voltasse a dar lucro este ano, depois de três anos de prejuízo. Com o movimento da GM, outras montadoras instaladas em São Paulo pretendem seguir o seu exemplo e pedir a antecipação do crédito. No entanto, ainda aguardam para ver qual será o tratamento que o governo dará à GM.

Em entrevista ao Broadcast publicada nesta terça-feira, o secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, disse que há poucos meios para "ajudar" a GM em 2019. O que dá para fazer, afirmou, é antecipar o que já está previsto para este ano, e, não, os valores programados para os anos seguintes.

No entanto, disse que há uma discussão com a empresa para os próximos anos, com um cronograma que teria efeito a partir de 2023 e seria válido para todas as montadoras.

### China oferecerá subsídios a carros e eletrodomésticos para aumentar demanda fraca

30/01/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-01-2019)

#### ***Economia do país passa por momento de desaceleração e vendas de carros têm primeira queda desde os anos 1990***

A China apresentou nesta terça-feira uma série de medidas com o objetivo de fomentar as vendas de itens que vão de carros a eletrodomésticos e serviços de informação, no momento em que a segunda maior economia do mundo cresce no ritmo mais fraco em quase 30 anos.

Em comunicado em seu site, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma afirmou que as restrições serão afrouxadas sobre o mercado de automóveis de segunda mão, e que subsídios "apropriados" serão dados para ampliar as vendas rurais de alguns veículos e compras de novos veículos energéticos.

A comissão não deu detalhes dos subsídios, afirmando que os governos central e regionais irão determiná-los.

Pela primeira vez desde a década de 1990, as vendas de automóveis no maior mercado do mundo de carros encolheram em 2018, conforme a China enfrenta a desaceleração da economia e as consequências dos atritos comerciais com os Estados Unidos.

O foco das novas medidas "não é simplesmente aumentar o consumo de carros grandes, mas também integrar a transformação industrial e elevar o consumo", disse Liu Yunan, autoridade da comissão, em entrevista à imprensa.

### Dezembro teve os melhores índices para o financiamento de veículos

30/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-01-2019)



#### **Liberação de crédito e saldo das carteiras sobem enquanto inadimplência e taxa média de juros fecham no menor patamar do ano**

Os **financiamentos de veículos** fecharam 2018 com os melhores índices do ano registrados em dezembro, de acordo com dados do sistema financeiro nacional divulgados na terça-feira, 29, pelo Banco Central. Todos os principais índices computados pelo relatório prévio do BC tiveram os números melhorados em dezembro com relação a qualquer outro mês do ano, refletindo o vigor do mercado de veículos.

Foi o mês com o maior volume em liberação de crédito, R\$ 9,54 bilhões, representando leve alta de 0,3% sobre o mês imediatamente anterior, quando o sistema registrou a concessão de R\$ 9,51 bilhões para o financiamento de veículos. Os dados se referem apenas a pessoas físicas.

Com isso, o saldo das carteiras de crédito do setor de veículos fechou acima de R\$ 170,3 bilhões, aumento de 1,7% na comparação com novembro e crescimento de



13,7% sobre o fechamento de 2017, de R\$ 149,8 bilhões anotados em dezembro.

A boa notícia também vem da parte contrária: os consumidores estão pagando em dia suas dívidas e com isso o índice de inadimplência recuou para o menor nível do ano ao atingir 3,3% em dezembro.

O patamar ficou 0,5 ponto porcentual abaixo do registrado no ano anterior, que foi de 3,8%. O índice, que representa o atraso dos pagamentos acima de 90 dias, também é o menor entre os principais setores elencados pelo Banco Central: para se ter ideia, a inadimplência na aquisição de outros bens fechou o ano em 9,7% e nos cartões de crédito o índice ficou em 5,7% no total, considerando rotativo, parcelado e à vista.

Influências externas também ajudaram o sistema financeiro a fechar o ano com bons números, caso da menor taxa de juros da história (Selic) que ficou em 6,5%. Isso ajudou a manter os juros em patamares decrescentes desde julho de 2018.

A taxa média aplicada para o financiamento de veículos começou o ano passado em 16,9%, segundo o relatório do BC. Oscilou até julho em 16% e a curva só caiu desde então, chegando a 14,8% em dezembro, uma queda de 1,8% sobre a média registrada em mesmo período do ano anterior.

### Massey Ferguson e Valtra lançam pulverizadores

30/01/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-01-2019)

As fabricantes de máquinas agrícolas **Massey Ferguson e Valtra**, pertencentes à AGCO, estão lançando **pulverizadores** para 3 mil litros. Os novos equipamentos serão apresentados no Show Rural Copavel, importante feira agrícola do calendário nacional que ocorre entre os dias 4 e 8 de fevereiro em Cascavel (PR).

O novo Massey Ferguson é o MF 9330 e o Valtra, BS3330H. Os dois modelos recebem motorização AGCO de 200 cavalos, que promete economia de 50% no consumo de combustível na comparação com seus concorrentes.

O vão livre do solo tem 1,65 metro para o Massey Ferguson e entre 1,50 e 1,65 m no caso do Valtra. Nas duas máquinas existe a possibilidade de piloto automático. As barras de pulverização entre 24 e 30 metros permitem o uso em lavouras de cana-de-açúcar ou de grãos.



### Carro voador da Boeing faz primeiro voo ao ar livre

30/01/2019 – Fonte: CIMM (publicado em 29-01-2019)

***O feito pode sinalizar uma nova fase do transporte urbano que companhias estão tentando revolucionar***

O carro voador da Boeing completou seu primeiro voo teste ao ar livre na última terça-feira (22) com sucesso. O feito sinaliza o início de uma nova fase do transporte urbano. O modelo é projetado para transportar passageiros em ruas congestionadas e desviar de arranha-céus.

Um protótipo do veículo concluiu uma decolagem, voo e pouso controlados durante o teste realizado em Manassas, na Virgínia, EUA, de acordo com comunicado divulgado nesta quarta-feira (23). O modelo elétrico foi projetado para fazer voos completamente autônomos, de até 80 quilômetros de distância.

A fabricante de aviões sediada em Chicago e sua concorrente Airbus estão entre as empresas na corrida para desenvolver ideias relacionadas a carros voadores e drones que carregam pacotes, na expectativa de que esses novos produtos criem a nova era da indústria aeroespacial.

A Boeing começou a desenvolver protótipos depois da aquisição, em 2017, da Aurora Flight Sciences, cujos projetos incluem um novo táxi voador em parceria com a Uber. O braço de mobilidade urbana da Boeing, o Boeing NeXt, contratou a Aurora para projetar e desenvolver o protótipo. A empresa não confirmou se esse é o modelo desenvolvido para a Uber.

O portfólio da NeXt também inclui um veículo aéreo de carga totalmente elétrico - projetado para transportar até 500 libras, cerca de 220 kg - que completou seu primeiro voo interno no ano passado e está programado para testes ao ar livre este ano.

Outras empresas também estão em fase avançada na missão de trazer carros voadores para o mercado. O A3 Vahana, um protótipo de carro voador elétrico de decolagem e aterrissagem vertical financiado pela Airbus no Vale do Silício, completou seu primeiro voo teste no ano passado. A Intel e a EHang também estão testando seus veículos voadores.

Os analistas do Morgan Stanley, em suas estimativas mais otimistas, preveem que essa tecnologia pode poder elevar o patamar da indústria aeronáutica para US\$ 2,9 trilhões até 2040. Na visão mais pessimista, o banco acredita que os valores poderiam chegar a cerca de US\$ 615 bilhões.

Ainda não se tem uma previsão de quando o veículo voador da Boeing chegará ao grande público, mas esses testes ao ar livre bem-sucedidos já são um grande avanço na indústria. A companhia informou que ainda fará diversos testes para melhorar a segurança e a confiabilidade da aeronave.

### Grupo Hyundai desenvolve sistema de airbag multicollisão

30/01/2019 – Fonte: CIMM

#### ***Produto oferece proteção adicional em diversos tipos de impactos secundários***

O Grupo Hyundai, que detém entre outras marcas, as de veículos Hyundai e Kia, anunciou o desenvolvimento de uma nova tecnologia de airbag multicollisão, capaz de reforçar de forma significativa a proteção oferecida aos passageiros em casos de colisões múltiplas, tipo de acidente no qual o impacto primário é seguido por colisões com objetos secundários, como árvores e postes, entre outros.

Segundo a empresa, a nova tecnologia detecta a posição dos ocupantes na cabine após uma colisão inicial, com isso, o sistema de airbag multicollisão é projetado para inflar ainda mais rapidamente quando os sistemas iniciais de segurança podem não ser eficazes.

“Ao aperfeiçoar o desempenho do airbag em cenários de multicollisão, esperamos intensificar significativamente a segurança de nossos motoristas e passageiros”, destacou disso o chefe do Centro de Tecnologia de Chassis do Grupo Hyundai, Taesoo

Chi. "Continuaremos nossa pesquisa em situações diversas de acidentes, como parte de nosso compromisso de produzir veículos cada vez mais seguros", completou.

Para o desenvolvimento da tecnologia, o Grupo Hyundai analisou diversos cenários para aperfeiçoar o desempenho e a precisão do airbag em colisões secundárias. A empresa confirma que o sistema será introduzido em novos veículos da Kia no futuro, mas não detalhou a partir de quando.

**Setor quer que alíquota do Reintegra suba de 0,1% para 2% a 3%, diz IABr**

30/01/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 29-01-2019)

Após almoço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello, defendeu o aumento do incentivo previsto no Reintegra, programa que garante devolução de crédito tributário aos exportadores. A alíquota do programa está em 0,1%, segundo ele, e o setor defende a volta para um patamar entre 2% e 3%. O corte do Reintegra fez parte da política do governo Michel Temer de diminuir os incentivos tributários.

O presidente do Instituto Aço Brasil manifestou especial preocupação com o risco de uma redução do Imposto de Importação do aço – hoje em média de 12% – pela equipe econômica. "É uma temeridade reduzir o Imposto de Importação sem resolver o problema do Custo Brasil", disse ele.

Marco Polo disse que o setor não é contra a ampliação da abertura comercial desde corrigidas as "anomalias competitivas".

O dirigente destacou que o Brasil não pode ser considerado uma economia fechada e que o resto do mundo está se fechando.

"Não queremos nenhum grau de protecionismo, mas a possibilidade de competir em igualdade de condições com os importados", afirmou ele, destacando que a indústria investe, se capacita, e o importado é que é beneficiado.

"Explicamos a situação atual para o Paulo Guedes", disse ele.

Durante almoço, os representantes do setor apresentaram mapa mostrando que o América Latina e o Brasil é o único local do mundo que está aberto no setor. Segundo ele, a decisão da União Europeia de impor novas barreiras ao aço brasileiro já estava no radar e representa um efeito dominó puxado por outros países. "A China aumentou a exportação de aço em 28% para a América Latina", reclamou.

O dirigente disse que fez uma brincadeira com Guedes ao apresentar um desenho em que mostra o Brasil com um "piano nas costas de encargos trabalhistas e um grilhão de elevada carga tributária" e ao lado um grito de "corra que o chinês vem aí". Essa foi uma frase dita pelo ministro durante a sua posse. "Espero que ele que não esqueça o que disse", afirmou Marco Polo.

Ele lembrou que impostos cumulativos no sistema tributário brasileiros são elevados diminuindo a competitividade do produto nacional. Segundo ele, o produto nacional tem uma perda de competitividade em US\$ 80 dólares por tonelada. Ele destacou que o excedente "monumental" que existe hoje de aço de 550 milhões de toneladas no mundo. Para efeito de comparação, ele citou que o Brasil tem capacidade de produção 50 milhões de toneladas. Ele reclamou também que as empresas brasileiras que investiram muito nos últimos anos estão alijadas do desenvolvimento do setor de óleo e gás no Brasil.

O secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, disse após o encontro que o almoço foi de diálogo. Segundo ele, o setor não fez nenhum pedido ao governo.

Questionado sobre pedido de incentivos, o secretário destacou que o mantra do governo é sem subsídios, incentivos, proteção e sem mais gastos. Segundo ele, a estratégia de defesa do Brasil para as barreiras da União Europeia será discutida em outro momento.